



## PODER

# Políticos buscam votos na Marcha para Jesus

Evento tem carta de Lula, prefeito que tenta reeleição e presidentiáveis como Tarcísio e Caiado. Todos de olho no eleitor evangélico

» INGRID SOARES

### Alinhamento

A 32ª edição da Marcha para Jesus não reuniu apenas milhares de evangélicos no Centro de São Paulo, mas atraiu também políticos de olho dos votos do segmento, seja para a disputa das eleições municipais, em outubro, ou para um voo mais alto — como a Presidência da República, em 2026. Do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que remeteu uma carta, lida no evento, e foi representado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias — ao prefeito Ricardo Nunes (MDB), que tenta a reeleição na capital paulista, e aos presidentiáveis Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Ronaldo Caiado (União), respectivamente governadores de São Paulo e Goiás, todos se apresentaram como fiéis seguidores dos preceitos bíblicos.

Organizador do evento no Brasil, o apóstolo Estevam Hernandes afirmou que se Lula tivesse comparecido, talvez fosse hostilizado, apesar de ter sido convidado. E concordando que o presidente deveria se preservar, admitiu que a melhor maneira de se dirigir aos evangélicos foi pela carta que remeteu.

Na mensagem, Lula lembrou ter sancionado, no segundo mandato, o projeto de lei que incluiu a marcha no calendário religioso nacional. “Como cristão, sinto-me regozijado de ver a dimensão extraordinária que este evento tomou e o papel significativo que desempenha na vida de muitos brasileiros, promovendo valores de paz, fé, amor ao próximo e solidariedade”, destaca o presidente na carta, acrescentando que “juntos podemos fazer muito mais pelo bem-estar, a paz e a harmonia de nosso povo”. Jorge Messias, que representou Lula, desta vez não discursou — no ano passado foi vaiado —, mas orou no palco.

Ricardo Nunes e Tarcísio de Freitas também buscaram se alinhar aos evangélicos. O prefeito assegurou “amar Jesus Cristo” e ressaltou que “este grande evento está abençoando nossa cidade, nosso estado, nosso país e o mundo. Saímos daqui com a nossa fé renovada”.

Tarcísio, por sua vez, preferiu citar referências bíblicas e pediu orações. “Continuem orando por nós. Orem pelos dirigentes, porque nós precisamos. Orem pelo Brasil, orem pelo povo brasileiro. A gente agradece a oração de cada um de vocês, porque a oração vai transformar a nossa vida”, exortou. O breve discurso do governador ensejou uma provocação de Hernandes.

“Está pregando melhor que muito pastor já? Falando da palavra de maneira tão própria. Isso é um sinal de Deus para o Brasil”, disse o apóstolo.

Embora Jair Bolsonaro não estivesse presente, foi lembrado pelo próprio Hernandes, que o apoiou nas eleições de 2022. O religioso afirmou aos participantes da marcha que o ex-presidente foi convidado, mas que compreendia a ausência por causa da hospitalização recente e por estar envolvido em uma campanha de arrecadação de donativos para as vítimas da enchente no Rio Grande do Sul.

Também passaram pela marcha e subiram ao palco Gilberto Kassab, secretário de Governo e Relações Institucionais de Tarcísio e presidente do PSD; os deputados estaduais paulistas Jorge Wilson (Republicanos) e Eduardo Nóbrega (Podemos); e os deputados federais Rosana Valle (PL-SP) e Alex Manente (Cidadania-SP).

“É uma alegria tê-los aqui conosco reconhecendo a importância de Jesus Cristo não só para São Paulo e o Brasil”, agradeceu Hernandes aos políticos que passaram pela marcha.

Paulo Pinto/Agência Brasil



A 32ª Marcha para Jesus, que parou parte do Centro paulistano, tornou-se palco para políticos buscarem apoio do eleitorado evangélico

Estádio Conteúdo



Representante de Lula, Messias (D) não foi vaiado e orou com Hernandes



Sinto-me regozijado de ver a dimensão extraordinária que este evento tomou e o papel significativo que desempenha”

Trecho da carta de Lula

Paulo Pinto/Agência Brasil



Nunes (de barba) compareceu para reforçar a campanha à reeleição



Orem pelo povo brasileiro. A gente agradece a oração de cada um de vocês, porque a oração vai transformar a nossa vida”

Trecho do discurso do governador Tarcísio de Freitas

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Lula não tem uma agenda pactuada com o Congresso

As sucessivas derrotas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso, principalmente em relação a vetos como os das desonerações tributárias das folhas de pagamento e das “saidinhas” de presos, têm repercussão no mundo político e desgastam o governo na opinião pública, num momento em que quase todos os indicadores econômicos estão melhorando — entre os quais os do emprego formal e da renda. Há um descolamento da sociedade.

Em parte, essas derrotas refletem um movimento de cerco da oposição e busca de alternativas ao seu governo por parte dos adversários de sempre e de aliados contingenciais. Suas motivações ideológicas e interesses econômicos são hegemônicos no Congresso, mas não controlam o Poder Executivo. Existe, ainda, a falta de sintonia de Lula com a sua base parlamentar ampliada, que

não pode ser atribuída exclusivamente aos seus articuladores políticos. Lula se movimentou de forma errática, não tem uma estratégia clara.

Diante desse cenário, onde é que o governo Lula pode avançar, precisa recuar e/ou já perdeu irremediavelmente? No primeiro grupo, estão as políticas sociais, principalmente saúde, educação e habitação, que contam com recursos garantidos no Orçamento da União. Esse avanço pode se dar por meio de ganhos de qualidade das políticas públicas e eficiência nos serviços, além da escolha de prioridades e combate aos desperdícios. De certa maneira, parte da tensão existente entre o governo e o Centrão resulta do fato de que o governo tem efetivo controle sobre os recursos dessas áreas, que são compartilhadas com estados e municípios.

Lula será forçado, por sucessivas derrotas, a recuar em relação à agenda econômica desenvolvimentista. Essa é a razão de o governo perder apoio nas elites do país, que agora se fazem representar muito mais pelo Centrão do que por seus ministros da área econômica. O governo pode ter uma agenda social liberal exequível, desde que calibrada de acordo com a correlação de forças no Congresso e com apoio dos principais agentes econômicos.

Entretanto, toda vez que avança em direção à agenda nacional-desenvolvimentista, enfrenta grande reação do mercado, com exceção dos que são diretamente beneficiados pelas medidas protecionistas que caracterizam essa agenda. O caso mais evidente é o da Petrobras. Ao exagerar na intervenção na economia, Lula leva água para o moinho da oposição. Teria mais sucesso se apostasse

na direção da economia verde, ou seja, no rumo da transição energética, da bioeconomia e da agroindústria, que contam com amplo apoio da opinião pública e de investidores estrangeiros.

### Pragmatismo

A pauta dos costumes e da segurança pública é uma agenda a ser evitada, congelada ou mitigada pelo governo, sempre que depender do Legislativo. No caso dos costumes, a maioria conservadora do Congresso retira do isolamento a bancada bolsonarista, tão minoritária quanto a de esquerda.

Na questão da segurança pública, o senso comum da maioria da população é de que a criminalidade precisa ser combatida com o endurecimento das penas e a violência policial. Isso cria o caldo de cultura para que a “bancada da bala” viabilize seus projetos reacionários no Congresso. Qualquer mudança, na atual conjuntura, tende a ser para pior, como no caso da “saidinha” e da venda de armas. A violência e a criminalidade são problemas complexos, a segurança pública

é mesmo uma prioridade nacional. Não tem como o governo federal ficar fora disso.

Uma das dificuldades do governo com o Congresso é que a escolha de seus ministros se deu em razão das alianças eleitorais de 2022, que não correspondem exatamente à real correlação de forças no Parlamento. A frente política que levou Lula ao segundo turno elegeu em torno de 130 deputados, num universo de 513. Sem o apoio do Centrão, não haveria governabilidade.

Ocorre que Lula fez uma campanha com dois eixos: a memória de seus governos anteriores e a defesa da democracia. Não construiu um programa comum com as forças que o apoiaram no segundo turno, nem com aqueles que decidiram apoiar o governo depois da eleição. Sem agenda comum, falta compromisso político dos aliados com os objetivos do governo. Essa situação cobra o preço agora porque leva ao pragmatismo e ao comportamento na base do ensaio e erro — ou seja, do “se colar, colou”.

Além disso, o contexto da relação Executivo-Legislativo é outro. O sociólogo e professor

espanhol Manuel Castells destaca a ruptura da relação entre governantes e governados como um fator de colapso da democracia liberal. Isso ocorre quando os partidos, em particular os parlamentares, deixam de representar os eleitores para defender os próprios interesses. O fenômeno é caracterizado pela formação de uma “partidocracia”.

No caso brasileiro, a “partidocracia” está em formação graças ao bilionário financiamento público de campanha e às emendas impositivas ao Orçamento, mais bilionárias ainda, sem a necessária responsabilidade dos partidos com o êxito das políticas públicas. O Congresso nunca teve tanto poder sobre o Orçamento da União, nem tanta falta de compromisso com a qualidade e a eficiência das políticas públicas. É um semi-presidencialismo irresponsável e informal.

O termo “partidocracia” é um neologismo usado para descrever o fenômeno pelo qual os órgãos de governo se tornam meros executores das decisões tomadas na esfera dos partidos, sem qualquer mediação com a sociedade.